

**Comissão Mista de Reavaliação de Informações****148ª Reunião Ordinária**

Decisão CMRI nº 417/2025/CMRI/CC/PR

NUP: 23546.020783/2025-42**Requerente: A.F.V.B.****Órgão: IFAL – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas****RESUMO DO PEDIDO**

O cidadão solicitou:

Cópia de todas as atas das reuniões do Colégio de Dirigentes do IFAL, referente aos últimos cinco anos;
Acesso ao regimento interno vigente que regulamenta o funcionamento do colegiado, incluindo normas sobre quórum mínimo, regras de convocação, formas de participação e deliberação, bem como quaisquer diretrizes que tratem da transparência dos atos e decisões deste órgão;

RESPOSTA DO ÓRGÃO REQUERIDO

O órgão informou que o referido Colégio é órgão consultivo e de apoio à gestão e, desde a sua composição inicial, a Secretaria dos Órgãos Colegiados não registra as discussões e encaminhamentos por meio de ata. Informaram, ainda, que esses registros deverão acontecer após a criação de regulamento próprio desse órgão colegiado.

RECURSO EM 1ª INSTÂNCIA

O requerente alegou que a resposta não condiz com a realidade dos fatos, que durante o período de 2010 a 2019, as atas das reuniões do Colégio de Dirigentes do Instituto Federal de Alagoas (IFAL) foram regularmente publicadas no site oficial da instituição, conforme pode ser verificado no seguinte link: <https://www2.ifal.edu.br/acesso-a-informacao/institucional/orgaos-colegiados/colegio-de-dirigentes/atas>. Para embasar seus argumentos, o requerente anexou cópia de ata do Colégio de Dirigentes realizada no dia 4 de outubro de 2019, às 9h30, na Reitoria.

RESPOSTA DO ÓRGÃO AO RECURSO EM 1ª INSTÂNCIA

O órgão esclareceu que o Colégio de Dirigentes – CD, de caráter consultivo, é o órgão de apoio ao processo decisório, presidido pelo Reitor. Também reconheceu a importância da elaboração e divulgação das atas do Colégio. Por outro lado, o órgão alegou excesso de atividades e redução da força de trabalho para assessoramento aos colegiados. Esclareceu que entre 2020 e 2022, a pandemia de COVID-19 não apenas forçou uma adaptação rápida ao trabalho remoto, mas também abriu um novo horizonte para as reuniões virtuais, o que levou a um aumento significativo nas reuniões online intensificando as atividades do setor que secretaria os órgãos colegiados do Ifal, e esse aumento impactou na confecção das atas. Ademais, informou que o regulamento interno do Colégio de Dirigentes está sendo elaborado coletivamente através do processo 23041.017561/2024-42. Com a finalização desse regulamento, haverá a obrigatoriedade de registrar e

publicar as atas das reuniões por ata, vídeo ou resumo executivo, conforme o Decreto nº 12.002/24. Por fim, pontuou que devido à importância da publicação das atas, começou este ano a publicação em formato de transparência ativa, disponível no site <https://www2.ifal.edu.br/acesso-a-informacao/institucional/orgaos-colegiados/colégio-de-dirigentes/atas/2025>.

RECURSO EM 2ª INSTÂNCIA

O cidadão manifestou insatisfação com a resposta apresentada pelo órgão e relatou que a gestão do Ifal, inicialmente, teria alegado que nunca foram elaboradas atas das reuniões do Colégio de Dirigentes, e que tal informação seria inverídica, pois existem registros disponíveis até o ano de 2019. Apresentou uma série de contra-argumentos em relação as dificuldades elencadas pela recorrida, para ao final, solicitar a adoção de providências imediatas para garantir a disponibilização das atas das reuniões do Colégio de Dirigentes e a responsabilização administrativa dos agentes eventualmente responsáveis pela omissão.

RESPOSTA DO ÓRGÃO AO RECURSO EM 2ª INSTÂNCIA

O órgão informou, após contato com a Secretaria dos Colegiados, que as atas serão gradualmente disponibilizadas na página oficial do Ifal.

RECURSO À CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO (CGU)

O requerente solicitou a imediata disponibilização das atas do Colégio de Dirigentes. Também manifestou seu posicionamento quanto ao descumprimento reiterado da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) pelo Instituto, no que se refere ao acesso às referidas atas.

ANÁLISE DA CGU

A CGU observou que o Instituto informou que, embora existam registros formais das atas do Colégio de Dirigentes até o ano de 2019, entre os anos de 2020 e 2024 não foram elaboradas atas formais das reuniões, mas apenas registros parciais, como pautas e encaminhamentos internos. Nesse sentido, destacou que o Instituto está conduzido um levantamento com vistas à recuperação das informações debatidas nesse período, com a possibilidade de elaboração gradual das respectivas atas e sua publicação no site oficial do IFAL. Dessa forma, a CGU entendeu que as atas requisitadas, relativas ao período de 2020 a 2024, são inexistentes, uma vez que não foram formalmente produzidas, nos termos da Súmula CMRI nº 6/2015. Verificou também que o regulamento interno em elaboração para o Colégio de Dirigentes prevê, com efeitos futuros, a obrigatoriedade de registro das reuniões, mas não impõe obrigação de confecção retroativa das atas. Considerou, ainda, que o IFAL vem adotando providências para resgatar os conteúdos discutidos nas reuniões e elaborar as atas correspondentes, a serem disponibilizadas gradualmente. Assim, acolheram-se os esclarecimentos prestados pelo IFAL, em observância à presunção relativa de veracidade das declarações administrativas, e concluiu pela ausência de negativa de acesso à informação.

DECISÃO DA CGU

A CGU não conheceu do recurso, visto que não foi identificada circunstância de negativa de acesso à informação, requisito de admissibilidade disposto no art. 16, inciso I, da Lei nº 12.527/2011, já que a recorrida esclareceu que as Atas pleiteadas pelo cidadão, relativas ao Colegiado de Dirigentes, não foram confeccionadas, em relação ao período solicitado, portanto, concluiu que são inexistentes no âmbito do IFAL, sendo resposta de natureza satisfativa para fins de Lei de Acesso à Informação, nos termos da Súmula CMRI nº 6/2015.

RECURSO À COMISSÃO MISTA DE REAVALIAÇÃO DE INFORMAÇÕES (CMRI)

O requerente contestou o não conhecimento do recurso de 3ª instância sob a alegação de inexistência da informação solicitada (atas do Colégio de Dirigentes do IFAL entre 2020 e 2024). Argumentou que o próprio IFAL reconhece a existência de registros parciais, como pautas, memorandos e encaminhamentos, e que está em curso um levantamento desses documentos para elaboração das atas retroativas. Apontou contradições na resposta do IFAL, que ora nega a existência das atas, ora admite a possibilidade de recuperá-las. Destaca que isso caracteriza erro material na análise da admissibilidade do recurso, conforme a Súmula CMRI nº 6/2015, que exige a reconstituição da informação quando há registros recuperáveis. Assim, o requerente solicita:

O reexame da decisão, com a determinação de confecção e publicação das atas retroativas de 2020 a 2024;

Caso mantida a negativa, o envio do caso à Corregedoria da CGU ou ao Ministério Público Federal para apuração de responsabilidade administrativa.

Por fim, informa que há documentos e gravações eletrônicas que comprovam a realização das reuniões no período, reforçando a legitimidade do pedido. Anexa documentos de 2023 como prova da materialidade dos atos colegiados.

ADMISSIBILIDADE DO RECURSO

Recurso não conhecido.

- art. 24, do Decreto nº 7.724/2012 e os arts. 19 e 20 da Resolução CMRI nº 6/2022.
- Súmula CMRI nº 06 de 2015.

ANÁLISE DA ADMISSIBILIDADE DO RECURSO

O recurso em análise trata da reiteração da disponibilização das atas das reuniões do Colégio de Dirigentes, referentes ao período de 2020 a 2024. Observa-se que, nesta instância recursal, o cidadão restringe sua manifestação à solicitação de acesso às referidas atas, deixando de reiterar o pedido inicial quanto ao regimento interno do colegiado, o qual, conforme informado pelo órgão recorrido, encontra-se em fase de elaboração. No que se refere às atas, as informações constantes nos autos demonstram que tais documentos não foram formalmente confeccionados no período indicado, motivo pelo qual a análise em 3ª instância entendeu, com fundamento na Súmula CMRI nº 6/2015, que se trata de informação inexistente, não se configurando negativa de acesso à informação, o que inviabiliza o conhecimento do recurso nos termos do art. 16, I, da Lei nº 12.527/2011. Ademais, embora o órgão tenha informado que está realizando levantamento progressivo para elaborar as atas retroativas, tal medida não altera a natureza da resposta fornecida até o momento, nem configura a existência atual da informação solicitada. Trata-se, portanto, de situação em que a informação ainda não foi formalmente constituída, o que, à luz da Súmula CMRI nº 6/2015, não caracteriza negativa de acesso à informação. Ressalta-se que os registros parciais mencionados pelo órgão – como pautas, encaminhamentos e memorandos – não foram objeto do pedido inicial nem de suas reformulações nas instâncias anteriores, e eventual pleito por acesso a tais documentos, nesta etapa processual, configuraria inovação recursal, conforme Súmula CMRI nº 02/2015. Dessa forma, considerando a limitação do pedido recursal à disponibilização das atas formalmente elaboradas, cuja inexistência foi reconhecida pelo próprio órgão, entende-se não estar caracterizada negativa de acesso à informação, razão pela qual o recurso não deve ser conhecido por ausência de pressuposto legal de admissibilidade quanto ao requisito de cabimento, conforme regulamenta o art. 24 do Decreto nº 7.724/2012, e os arts. 19 e 20 da Resolução CMRI nº 6, de 2022, cumprindo apenas os requisitos de legitimidade, tempestividade e regularidade formal.

DECISÃO DA CMRI

A Comissão Mista de Reavaliação de Informações, nos termos da Ata 148ª Reunião Ordinária, por unanimidade, não conhece do recurso, tendo em vista que não se verifica a negativa de acesso à informação, nos termos do art. 24 do Decreto nº 7.724/ 2012, e os arts. 19 e 20 da Resolução CMRI nº 6, de 2022, já que no caso em análise, houve a declaração de inexistência da informação, o que, conforme dispõe a Súmula CMRI nº 06/2015, configura resposta de natureza satisfativa para os fins da Lei de Acesso à Informação (LAI).



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Helena Pontual Machado, Presidente Suplente da CMRI**, em 25/09/2025, às 14:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **DEBORA DE MOURA PIRES VIEIRA**, **Usuário Externo**, em 26/09/2025, às 18:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Miriam Barbuda Fernandes Chaves**, **Usuário Externo**, em 26/09/2025, às 19:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS AUGUSTO MOREIRA ARAUJO**, **Usuário Externo**, em 29/09/2025, às 09:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jorge Luiz Mendes de Assis**, **Usuário Externo**, em 29/09/2025, às 09:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Eveline Martins Brito**, **Usuário Externo**, em 29/09/2025, às 12:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **RONALDO ALVES NOGUEIRA registrado(a) civilmente como RONALDO**, **Usuário Externo**, em 13/10/2025, às 06:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6957174** e o código CRC **1A8B98F8** no site:

https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0